

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

MAPA

4º Trimestre de 2017

Brasília, DF

RCPG

2017

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Blario Borges Maggi

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eumar Roberto Novacki

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Acompanhamento Contábil

José Calazans dos Santos (Chefe)

Alan Rodrigues Pinheiro

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Mauricio Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Renata de Oliveira Pinheiro

Divisão de Tomada de Contas

Maria de Fátima Álvares Duarte – Chefe

Sumário

Contexto Operacional.....	06
Declaração do Contador	07
Notas Explicativas	08
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
3 – Principais mudanças de Práticas Contábeis.....	11
4 – Mudança de Estrutura Administrativa	11
5 – Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	12
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	16
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	18
Nota nº 003 – Provisões	21
Nota nº 004 – Intangível	24
Nota nº 005 – Imobilizado	31
Nota nº 006 – Investimentos	36

Lista de Siglas

AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAF/EMBRAPA	Departamento de Administração e Finanças/EMBRAPA
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GF	Gestor Financeiro
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OD	Ordenador de Despesas
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
UG	Unidade Gestora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável por gerir as políticas públicas que estimulam à agropecuária, pelo apoio ao agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Mapa busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de quatro secretarias, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sobre ingerência e coordenação do Mapa. Também são entes descentralizados do ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

O Mapa é organizado em secretarias, responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional, são elas:

- a) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- b) Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo – SMC;
- c) Secretaria de Política Agrícola – SPA; e
- d) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI.

Declaração do Contador:

O contador responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) declara que as distorções mais relevantes em nível do ministério são:

- a) Ausência de registros relativos ao encaminhamento da dívida ativa não previdenciária à Fazenda Nacional.
A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) providenciará a emissão de Procedimentos Contábeis Patrimoniais em Dívida Ativa da União será disciplinada em cada órgão;
- b) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta existem estas provisões e as demais;
- c) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, tais como:
 - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA) e nos Laboratórios Nacionais Agropecuário (Lanagro);
 - ii. Sistema desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
 - iii. Sistema desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades.

A STN divulgou no II Encontro com as Setoriais de Contabilidade realizado no mês de agosto/2017 que a partir de 2019 todo controle patrimonial na Administração Pública Federal passa a ser administrado pelo SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços sob a gestão própria da STN;

- d) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deverão ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados. Segundo definição da Contabilidade centralizada no Ministério da Fazenda será implantado até 31/12/2018 o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) para as mensurações e evidenciações de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres com as respectivas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável;

Notas Explicativas:

1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanco Orçamentário (BO), o Balanco Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. transferências concedidas;
- v. empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. adiantamentos; e
- vii. valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para

perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. empréstimos e financiamentos concedidos;
- v. investimentos temporários; e
- vi. estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Investimentos

São compostos por:

- i. participações permanentes;
- ii. propriedades para investimento; e
- iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. empréstimos e financiamentos;
- iii. fornecedores e contas a pagar;
- iv. obrigações fiscais;
- v. obrigações de repartições a outros entes;
- vi. provisões; e
- vii. demais obrigações.

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. riscos trabalhistas;
- ii. riscos fiscais;
- iii. riscos cíveis;
- iv. repartição de créditos tributários;
- v. provisões matemáticas; e
- vi. outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos

contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

3. Principais mudanças de Práticas Contábeis

- a. A adoção de mudanças nas práticas contábeis é respaldada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

4. Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2016 a Lei nº 13.266/2016, transfere as atividades de pesca e aquicultura ao Mapa e com o Decreto nº 8.711 altera a estrutura incluindo-se a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP.
- b. Em 2017 a MP nº 782/2017 transfere as funções de pesca e aquicultura do Mapa para o MDIC.
- c. Ainda em 2017 o Decreto nº 9.029 extingue a Secretaria de Aquicultura e Pesca no Mapa e a cria no MDIC.
- d. O Decreto nº 9.067/2017 estrutura o MDIC já contendo a Secretaria de Aquicultura e Pesca, assim como as demais alterações estruturais.
- e. Em 1º de novembro/2017 é publicada a Lei nº 13.502 pela conversão da MP nº 782, em que altera novamente a estrutura do Mapa, somente quanto ao da CEPLAC que antes era DEPARTAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA ligado à Secretaria Executiva e passa a ser somente COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Aguarda-se a normatização por Decreto.

5. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

1. BP – ATIVO CIRCULANTE:

- a. A Conta de *Caixa ou Equivalentes de Caixa* apresentou no Balanço Patrimonial do final do ano de 2017 maiores valores no FUNCAFE, em torno de 80,65% em relação aos outros órgãos subordinados ao Mapa e foi em decorrência de rendimentos de aplicação financeira pelo FUNCAFE na Conta Única do Tesouro Nacional já resgatados.
Em relação ao ano de 2016 para 2017 em níveis de todos os Órgãos a conta representou um acréscimo de 44,08%;
- b. As despesas pagas antecipadamente, tais como: *Prêmios de Seguros a Apropriar, Assinaturas e Periódicos a Apropriar e Demais Variações Patrimoniais Diminutivas a Apropriar* tiveram o saldo reduzido em 72,99% por baixas e contabilizado nas referidas contas de Variações Patrimoniais Diminutivas reconhecendo a despesa contábil;
- c. Os *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* tiveram um decréscimo de 84,88% e foi em decorrência de baixas efetuadas pelo Tesouro Nacional de *Adiantamentos de Transferências Voluntárias* e de *Diversos Responsáveis* que passaram a ser controladas apenas nas contas de controle e não mais no nas contas do Ativo.

2. BP – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

- a. Os *Investimentos* são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- b. No ano de 2017 houve um impacto na conta de *Bens Não Localizados* decorrente da transferência do acervo do MPA pelo sistema SIAFI e a não localização dos mesmos fisicamente. Isso decorreu-se de um volume expressivo, inclusive detectado pelo TCU, em auditoria financeira, em que o valor no final de 2016 era de R\$ 62.705.691,77 e neste ano encerrou em R\$ 8.636.923,09, decorrente de forte trabalho nesse sentido, sendo que o saldo remanescente se detém em apuração de responsabilidades, conforme Processo SEI nº 21000.004025/2017-17;
- c. O *Imobilizado* do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004 \(clique aqui e veja abaixo\)](#);
- d. A conta de *Softwares* que faz parte do *Intangível* foi reduzida em 38,19% por acertos efetuados em algumas Unidades Gestoras em que os valores foram transferidos para despesas por não se tratar de softwares e sim da manutenção dos mesmos;
- e. O *Intangível* do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

3. BP – PASSIVO CIRCULANTE:

- a. As *Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo* estão com saldo superior ao ano de 2016 em torno de 30,28% e o reflexo maior nos saldos referem-se às apropriações de 13º Salário e Férias a Pagar;
- b. Os *Fornecedores e Contas a Pagar* são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

4. BP – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE:

- a. As *Provisões* do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

5. BP – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- a. No ano de 2017 é registrado no Patrimônio Líquido da Embrapa *Adiantamento para Futuro Aumento de Capital*.
- b. Os *Ajustes de Exercícios Anteriores* teve um aumento de 1.803% decorrente na maioria dos lançamentos baixas do ativo circulante e ativo não circulante efetuadas pelo STN relativo aos *Adiantamento de Transferência Voluntária e Diversos Responsáveis*, para atender determinação do TCU.

6. BP – COMPENSAÇÕES:

- a. As Obrigações Contratuais são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 002 \(clique aqui e veja abaixo\)](#).

7. BO – RECEITAS:

- a. No âmbito do Mapa não houve o quociente de Utilização do Superávit Financeiro pois não há *Créditos Adicionais Aberto por Superávit Financeiro*. Ademais, também, não há *Créditos Adicionais com Excesso de Arrecadação*, nem *Créditos Adicionais Reabertos* e nem *Créditos Cancelados Líquidos*.

8. BO – RECEITAS CORRENTES:

- a. A Previsão Atualizada das *Receitas Correntes* no Orçamento do Mapa não arrecadou totalmente no ano de 2017, mas em algumas naturezas houve excesso de arrecadação, tais como: *Receitas Tributárias* e *Receitas de Contribuições Sociais*, em que nesta última houve um percentual de 1.062,59% de excesso de arrecadação.

9. BO – RECEITAS DE CAPITAL:

- a. A Previsão Atualizada das *Receitas de Capital* no Orçamento do Mapa não houve atingimento na arrecadação prevista para o ano de 2017. Porém o único item que não teve nenhuma arrecadação foi *Transferências de Capital*, que estava previsto o valor de R\$ 1.082.845.

10. BO – DOTAÇÃO:

- a. Quanto as *Despesas Orçamentárias* somente nos itens das *Despesas de Capital: Inversões Financeiras e Reserva de Contingência* não houve atualização. Das Despesas Correntes todas tiveram atualizações a mais ou a menos do valor previsto em decorrência corte de limitações orçamentárias;
- b. Porém das *Despesas Orçamentárias Empenhadas* 78,75% foram liquidadas, sendo que a que tiveram o maior percentual liquidado foi a *Despesa de Correntes: Pessoal e Encargos Sociais* em 97,63%;
- c. Do total das despesas liquidadas 96,48% foram pagas.

11. BO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

- a. Do total de *Restos a Pagar Não Processados Inscritos* pelo Ordenador de Despesas – OD referente às Notas de Empenho do ano de 2016, há também reinscrições de outros anos. Do total inscrito e reinscrito foram cancelados de *Despesas de Capital* referente a *Inversões Financeiras* o percentual de 82,99% deste grupo, ou seja, de *Despesas de Capital* e em relação ao total geral este cancelamento representa 29,67%;
- b. As *Despesas Correntes* representam 25,59% do total inscrito de *Restos a Pagar Não Processados*;
- c. As *Despesas de Capital* representam 74,41% do total inscrito de *Restos a Pagar Processados* menos o que foi transferido.

12. BO – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

- a. Do total de "*Restos a Pagar Processados Inscritos*" pelo sistema SIAFI quando do processamento das liquidações durante o ano, o valor de R\$ 6.604.019,59 foi transferida a obrigação para o MDIC por força da MP nº 782/2017, essa transferência representa 5,27%;
- b. As "*Despesas Correntes*" representam 49,21% do total inscrito de *Restos a Pagar Processados* menos o que foi transferido;
- c. As "*Despesas de Capital*" representam 50,79% do total inscrito de *Restos a Pagar Processados* menos o que foi transferido para outro Órgão, no caso para o MDIC.

13. BO – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

- a. Quociente de Eq. Orçam. = $\frac{7.487.485.640,00}{17.628.391.837,00} = 42,47\%$
Quociente de Equilíbrio Orçamentário indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;
- b. Execução da Receita = $\frac{4.767.523.254,82}{7.487.485.640,00} = 63,67\%$
A receita efetivamente arrecadada do Mapa alcançou pouco mais da metade de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento.
- c. Quociente de de Execução da Despesa = $\frac{15.354.607.325,42}{17.539.883.162,00} = 87,54\%$
Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 87,54% do total das despesas fixadas no orçamento
- d. Quociente do Res. Orçam. = $4.767.523.254,82 - 15.354.607.325,42 = 10.587.084.070,60$
A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou na quantia de R\$ 10.587.084.070,60, a qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;
- e. Quociente de Exec. Orçam. Corrente = $\frac{4.767.523.254,82}{15.354.607.325,42} = 31,04\%$
Ou seja, houve financiamento de despesas correntes do Mapa com Receitas de Capital, posto que a Receita Realizada corrente alcançou apenas 31,04% das despesas empenhadas correntes;
- f. Quociente fin. Real exec. Orçam. = $\frac{4.767.523.254,82}{11.667.285.597,50} = 40,86\%$
A Receita Arrecadada não foi o suficiente para cobrir as despesas pagas do MAPA, de modo que este

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Ministério teve de recorrer a Receitas de Capital para cobrir suas despesas.

14. DVP – VPA - CONTRIBUIÇÕES:

- a. As “Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico” tiveram um acréscimo de 25,75% em relação a 2016 decorrente de arrecadação pelas entidades turfística à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN previsto em legislação própria;

15. DVP – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

- a. Do total de “Vendas de Mercadorias” 46,65% de decréscimo em relação a 2016 decorrente especificamente de menor arrecadação na CONAB referentes de venda de estoques estratégicos de milho em grãos do mercado de opções e de faturamento de venda em leilão.

16. DVP – VPA – EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS:

- a. Do total de “Vendas de Produtos” 38,76% de decréscimo em relação a 2016 decorrente da apropriação de ICMS na CONAB por saída de mercadorias (remoção) conforme estoque do mercado de opções.

17. DVP – VPA – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS:

- a. Do total de “Juros e Encargos de Mora” 193,63% de acréscimo em relação a 2016 em maior destaque no FUNCAFE por atualizações de saldo devedor por compra de cafés em leilão dos estoques governamentais do FUNCAFE.

18. DVP – VPA – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

- a. Do total de “Transferências Intragovernamentais” 171,33% de acréscimo em relação a 2016 com maior destaque na Administração Direta, por movimentações de recursos entre Unidades Gestoras, principalmente do Tesouro Nacional para a Setorial Financeira do Ministério.

19. DVP – VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- a. Do total de “Ganhos com Alienação” 68,07% de decréscimo em relação a 2016 por menor desincorporação principalmente na CONAB.

20. DVP – VPA – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

- a. Do total de “Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar” 83,77% de decréscimo em relação a 2016, no tocante ao FUNCAFE que não ajustou em tempo hábil;
- b. Do total de “Resultado Positivo de Participações” 105.017,57% referente a apuração da Equivalência Patrimonial da Empresa EMEPA/PB por participação de 45% na Embrapa;
- c. Do total de “VPA de Dívida Ativa” 100,00% de acréscimo em relação a 2016 em consequência de baixa de “Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar” referente a Dação em Pagamento;
- d. Do total de “Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas” 59,87% de decréscimo em relação a 2016 efetuado na Embrapa decorrente de baixa de provisões por recomendação da AJU.

21. DVP – VPD – PESSOAL E ENCARGOS:

- a. Do total de “Outras Var.Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos” 3.838,95% de acréscimo em relação a 2016 decorrente de indenizações e Restituições Trabalhistas por desligamentos na CONAB.

22. DVP – VPD – FINANCEIRAS:

- a. Do total de “Juros e Encargos de Mora” 87,87% refere-se a pagamentos de diversos autos de infração da Embrapa.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, o MAPA apresentou um saldo em aberto de **R\$ 432.405.887,17 (quatrocentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos)**, relacionados com fornecedores e contas pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ mil AH (%)
Circulante Curto Prazo	116.541	421.731	-72,37%
Nacionais	116.541	421.712	-72,36%
Estrangeiros	-	19	-
Longo Prazo	315.864	-	-
Nacionais	315.864	-	-
Total	432.405	421.731	2,53%

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Para os fornecedores e contas pagar de curto prazo e longo prazo em 31/12/2017 os relevantes são os fornecedores nacionais de Longo Prazo os quais representam 73,05% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se aos órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

	31/12/2017	R\$ mil AV (%)
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO -	46.706	10,80%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	21.112	4,88%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	48.046	11,11%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	316.541	73,20%
Total	432.405	100,00%

Fonte: SIAFI, 2017.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por **73,20%** do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos e do Mapa saldos em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2017	R\$ mil AV (%)
00000000000191 BANCO DO BRASIL AS		
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS E COM S.A.		
08097092000181 CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA BRASILEI		
14332037000121 BORDO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI		
39787056000173 TANGARA IMPORTADORA E EXPORTADORA SA		
76494459000150 CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA CODAPAR		
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA		
59456277000176 ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA		
25650383000174 COCAL CEREAIS LTDA		
PF1601507 PAGTO. AGROPOLIS - LABEX FRANCA		
Total		100%

Fonte: SIAFI2017.

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo o FUNCAFE, o qual representa **xxx%** dos valores mais expressivos.

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	395.493.987,60	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	Prestação de Serviço pela contratada para atuar como mandatária da União na operação de Contrato de Repasse e Programas geridos pelo Mapa.	6.350.000,00	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017

Fontes: SIASG, Órgão: 22905, 2013, 22000,2016; Unidade Gestora 130137,420013.

O principal valor do grupo Fornecedor e contas a pagar está em Longo Prazo e refere-se ao Banco do Brasil S/A. Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06.

Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2017, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ xxxx, valor este extraído do BALANCETE do SIAFI, para a data de 31/12/2017 e Tesouro Gerencial.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais, comparando-se o 4º Trimestre/2017 com o 4º Trimestre/2016, conforme abaixo:

TABELA 01 – Obrigações Contratuais – Composição – Mapa.

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis		31.904	
Fornecimento de Bens		69.514	
Acordo Transf. Recursos para Organismos Internacionais		2.497.061	
Seguros		33.637	
Serviços		1.422.836	
Demais		21.044	
Total		4.075.996	

Fonte: SIAFI2016, SIAFI2017 e TG.

Com base nas informações da tabela 01, temos que, as obrigações contratuais do Mapa apresentaram evolução significativa no espaço de tempo mencionado, culminando em aumento principalmente na rubrica de empréstimos e financiamentos em níveis de valores expressivos.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as Empréstimos e Financiamento (Acordos para Organismos Internacionais) representam xxx% do total das obrigações assumidas pela União, de Contratos de Serviços representam cerca de xxx%, do total das obrigações assumidas pela União, seguidas pelas obrigações de Contratos de Serviços que representam cerca de xxx%.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017, onde FUNCAFE representa xxx% do valor total das obrigações contratuais.

TABELA 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

	31/12/2017	AV (%)
MAPA		
EMBRAPA		
CONAB		
FUNCAFE		
Total		100%

Fonte: SIAFI, 2017 - TG.

A Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, a qual agrega também, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços, é responsável pela maioria dos contratos a executar do MAPA – Administração Direta, representando R\$ xxxx(), ou xxxxx% citado Órgão, conforme tabela abaixo comparativa dos 4º Trimestres de 2017 e 2016:

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Unidade Gestora: CGEF.

R\$ mil

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis		28.695	
Fornecimento de Bens		36.254	
Serviços		853.756	
Demais		6.846,00	
Total		925.551	

Fonte: SIAFI2016, SIAFI2017 e TG.

Como se pode observar do exame da tabela 03, os saldos das obrigações contratuais da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL do MAPA decresceram em termos de valores para todas as rubricas, sinalizando que houve apropriação de documentos hábeis de liquidação, baixando os saldos contábeis de contratos, assim como também houve a baixa daqueles saldos que não seriam mais movimentados.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017:

Tabela 04 – Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade Gestora CGEF/CGRL.

CONTRATADO – SALDO A EXECUTAR	31/12/2017	AV (%)
A-CONSTRUTORA TAMINE LTDA		
B-AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA		
C-INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA		
D-LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA		
E-CTIS TECNOLOGIA S.A		
F-GRAFICA E EDITORA IDEAL LTDA		
G-FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DO AGRONEGOCIO		
H- FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.		
I- THOMAS GREG & SONS GRAFICA E SERVICOS, INDUSTRIA E COME		
Total		100,00%

Fonte: SIAFI2017.

Em relação aos contratados A, B, C, D e E, eles representam **xxxxx%** das obrigações com contratos de serviços desta UG. A seguir, é apresentado o resumo das principais transações:

- Contratado A – CONSTRUTORA TAMINE LTDA:** Este contratado inexistente na página www.agricultura.gov.br. A UG contratante foi solicitada para esclarecer a existência deste saldo e até este Trimestre não apresentou nenhuma resposta;
- Contratado B – ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA** - no sítio www.agricultura.gov.br, na área “Acesso à Informação”, “Licitações e Contratos”, consta que o último termo aditivo do contrato atribuiu nova vigência a este no período entre 03/01/2016 a 03/04/2016. No entanto, tais saldos permanecem no sistema SIAFI. A UG contratante foi demandada a esclarecer tal motivo e até este Trimestre não apresentou nenhuma resposta;
- Contratado C – INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS SA** – As informações pertinentes a este contrato inexistem na página www.agricultura.gov.br. No entanto, tais saldos permanecem no SIAFI. A UG contratante foi demandada a esclarecer e até este Trimestre não apresentou nenhuma resposta;
- Contratado D – LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA:** Este contratado inexistente na página www.agricultura.gov.br. A UG contratante foi solicitada para esclarecer a existência deste saldo e até este Trimestre não apresentou nenhuma resposta;
- Contratado D – CTIS TECNOLOGIA S.A:** Segundo o termo aditivo de número 1/2017, publicado no DOU de 31/01/2017, o contrato em questão ainda se encontra vigente, sendo o novo prazo de 21/01/2017 a 21/01/2018.

Nota nº 003 - Provisões

Em 31/12/2017, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 284.066.324,94 relacionados a provisões, sendo R\$ 191.468.782,86 de longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para os exercícios de 2016 e 2017.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ mil AH (%)
Provisões a curto prazo		134.686	
Provisões a longo prazo		162.522	
Total		297.208	

Fonte: SIAFI, 2017 e 2016.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB, no valor de R\$ xxxx.

A Conab, em 2017 teve registros nas contas de Provisões Trabalhistas e Provisões para Riscos Cíveis a curto prazo nos meses de março, maio, junho e setembro de 2017. Tais registros foram em função de ajustes das Provisões Trabalhistas, conforme Relatório de Contingências Passivas e registros na conta de Provisões para Riscos Cíveis em função das atualizações de saldos das contas Judiciais, desde as datas dos bloqueios até o dia 18/09/2017, conforme os extratos fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

De acordo com as liberações, por determinação da Justiça Federal as baixas ocorreram nas contas, no mês de setembro/2017, relativas aos valores liberados aos exequentes: Renascença Armazéns Gerais Ltda e SPAN Representações Ltda, advogados e outros. Diminuição de R\$ xxxx (xxxx%) nas provisões a curto prazo em virtude das referidas liberações (Tabela 3).

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por órgão

	31/12/2017	R\$ mil AV (%)
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		
Total		

Fonte: SIAFI2017.

A Conab é responsável por 100% do total de provisões a curto prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ mil AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo		134.686	
Riscos Cíveis a Curto Prazo		0,00	
Total		134.686	

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

A provisão Riscos Trabalhistas a Curto Prazo é a mais relevante, e está detalhada na tabela a seguir

Tabela 04 – Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ mil AH (%)
CONAB		134.686	

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

135348 – Núcleo Estoque Regulador - SEDE

Total **134.686**

Fonte: SIAFI2016 e SIAFI2017.

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas e Riscos Fiscais registradas pela Embrapa e Conab no valor de R\$ 191.468.782,86.

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 05 – Provisões de Longo Prazo por órgão

	31/12/2017	AV (%)
Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária Companhia Nacional de Abastecimento		
Total		

Fonte: SIAFI2017.

A Embrapa é responsável por xxxx% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 06 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Conab – Riscos Fiscais		46.469	
Embrapa – Riscos Trabalhistas		116.053	
Total		162.522	

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2016.

A provisão para Indenizações Trabalhista é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 31/12/2017 o saldo apresentado na conta foi de R\$, conforme a composição abaixo envidada pela Assessoria Jurídica, conforme tabela a seguir:

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	128.000.000,00	Adicional de Insalubridade/Periculosidade e Horas in Itinere
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	3.000.000,00	Indenizações Cíveis
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	12.000.000,00	Encargos Folha de Pagamento
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2.000.000,00	CPMF - CEF
Total	145.000.000,00	

Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ (centavos) líquidos da depreciação e amortização e representou um acréscimo de 1,32% em relação ao saldo final de 2016.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

			R\$ mil	
Imobilizado – Composição	31/12/2017	31/12/2016	AH%	
Bens Móveis				
(+) Valor Bruto Contábil		1.834.019		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(852.264)		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		(22.198)		
Bens Imóveis				
(+) Valor Bruto Contábil		2.695.639		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(290.824)		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-		
Total		3.364.372	%	

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 31/12/2017 totalizavam em milhares de R\$ xxxx (), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

			R\$ mil	
Bens Móveis - Composição	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas		830.332		
Bens de Informática		335.148		
Móveis e Utensílios		192.592		
Material Cultural, Educacional e de Comunicação		26.253		
Veículos		336.084		
Peças e Conjuntos de Reposição		-		
Bens Móveis em Andamento		9.418		
Bens Móveis em Almoxarifado		-		
Armamentos		1		
Semoventes e Equipamentos de Montaria		5.245		
Demais Bens Móveis		98.945		
Depreciação / Amortização Acumulada		(852.264)		
Redução ao Valor Recuperável		(22.198)		
Total		959.556		

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2016.

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 62.705.691,77 da abertura do balanço de 2017 refere-se a conta de Bens Não Localizados, relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências e no final do 4º Trimestre/2017 o valor reduziu-se para R\$ xxxxxx.

A variação XXXXXX% ocorrida em Bens Não Localizados explica-se pela baixa desta conta com o conseqüente ingresso nas correspondentes contas de bens móveis, inclusive com a atualização da depreciação relativa ao bem localizado, em função do Ofício de Requisição 39-462/2016, de 26 de janeiro de 2017 da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Diante disso gerou-se o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ XXXXX), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.

			R\$ mil
Bens Imóveis – Composição	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial		2.139.356	
Bens de Uso Comum do Povo		-	
Bens Dominicais		-	
Bens Imóveis em Andamento		235.163	
Instalações		88.990	
Demais Bens Imóveis		39.138	
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros		192.991	
Redução ao Valor Recuperável		-	
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis		(290.824)	
Total		2.404.814	

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2016.

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a XXXXX% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ XXXXX em 31/12/2017 a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideramos os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme relação abaixo.

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

			R\$ mil
Bens de Uso Especial – Composição	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas		205.832	
Terrenos, Glebas		193.756	
Aquartelamentos		-	
Imóveis de Uso Educacional		542	
Edifícios		891.463	
Complexos, Fábricas e Usinas		2.857	
Imóveis Residenciais e Comerciais		36.300	
Aeroportos, Estações e Aeródromos		698	
Outros Bens Imóveis de Uso Especial		786.906	
Total		2.139.356	

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2017	Valor em 31/12/2016
22000 – MAPA-Adm. Direta		1.267.344,29
22211 – CONAB		29.628.854,39
Total		

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2017	Valor em 31/12/2016
22000 – MAPA-Adm. Direta		457.705,24
22202 – Embrapa		5.057.959,83
22211 – CONAB		3.150,00

Total		
-------	--	--

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

ÓRGÃO	Valor em 31/12/2017	Valor em 31/12/2016
22000 – MAPA-Adm. Direta		13.026.543,58
22202 – Embrapa		-
22211 – CONAB		817.153.439,77
Total		

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Linkdata S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, não se manifestou em nenhum momento, mesmo mediante várias tentativas documentais por Notas Técnicas emitidas pela Setorial Contábil.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, também não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos providenciou ao registro da conta de REDUCAO AO VALOR RECUP DE IMOBILIZADO, conforme abaixo, porém não apresentou nenhuma informação de como foi embasado tais registros:

UNIDADE GESTORA	VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	14.928.729,12
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	802.104,60
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	575.980,39
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	1.520.807,14
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	1.892.294,21
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1.003.960,59
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM.	1.474.627,31
TOTAL	22.198.503,36

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoraonamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

- A) O Mapa avaliou bens recebidos da APO – Autoridade Pública Olímpica os quais foram enviados em 21/02/2017 pelo valor bruto e com entrada no Sistema de Controle Patrimonial da Linkdata e no Sistema SIAFI a APO estornou o valor bruto em 23/02/2017 e lançou pelo valor líquido contábil. Para o devido acerto e tendo em vista que os bens estavam seminovos foram reduzidos o valor e a vida útil pelo restante a serem depreciados.

UG DOADORA	UG RECEBEDORA	DOCUMENTO SIAFI	Processo	VALOR TOTAL
913001	130005	2017PA000001	91214.000653/2016-12 – doação de bens pelo valor bruto.	46.603,39 (Estornada)
913001	130005	2017PA000004	91214.000653/2016-12 – doação de bens pelo valor líquido contábil	33.162,46

- B) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- C) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mas detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

UG	Conta(s) Envolvida(s)	Valor	Motivo do Lançamento
CGEF / CGRL	123110105	17.171,77	Acerto de registro tendo em vista que foi adquirido bens com a ND 339039.
	218910100	9.893,34	Ajuda de custo requerida pelo servidor Paulo Roberto Silveira Filho, em virtude de sua nomeação para o cargo de Coordenador de Pesca e Aquicultura da SFA/GO, DAS 101.3, conforme Port. nº 2050, publicada no DOU de 16/09/2016.
	123810100	(35.821.991,63)	Baixa das depreciações de exercícios anteriores transferidas do extinto MPA para o MAPA indevidamente.
	124110101	16.781.347,29	Baixa da conta 124110101 e 124110201, por se tratar de serviços do contrato com a empresa classificado indevidamente em Exercícios Anteriores que ora se regulariza.
	213110400	31.745,48	Apropriação da NF nº 3087, emitida em 17/05/2017, referente aos serviços de Desenvolvimento de Sistemas realizado através em exercícios anteriores.
20.872,85		Apropriação de Fatura nº 10237134 e 17966 ref.serviços de emissão de passagem aérea /contrato n.22101/003/2016 como Reconhecimento de dívida.	
INMET	213120400	607,40	Ajuste de Exercício Anterior efetuado na 2017NS000515 para recompor o saldo da conta 213120400, ISF F, retirado desta conta indevidamente em 2016 via documento 2016NL000035.
SFA/DF	Div. Contas Imob.	12.638,51	Saldo do 1º Trim./2017 era de R\$ 32.324,96 e mediante o cancelamento de diversos documentos por parte do Gestor o saldo baixou para este envolvendo várias contas tais como: 123810200, 123810300 e 123810500 utilizadas indevidamente.
SFA/PI	123810100	22.571,59	Diversos ajustes de depreciação Acumulada.
SFA/RN	123810100	2.499,75	Ajuste de depreciação da conta referente ao mês de novembro de 2016 que sofreu lançamento por conta do estorno da depreciação na conta de bens não localizados e que não foi registrado à época.
SFA/PB	123810100	88.198,43	Diversos ajustes de depreciação Acumulada.
SFA/PE	213110400	6.891,67	Registro de DEA com Reconhecimento de Dívida de serviço de telefonia do mês de dezembro/2016.
DISME/PE	123210601	14.983,00	Baixa da conta de Obras em andamento tendo em vista que na época foi contabilizado indevidamente por se tratar de reforma sem contudo valorizar o imóvel.
SFA/MG	Diversas contas do grupo 12311-Imob.	101.871,73	Reincorporação de bens doados para o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, porém não recebidos a época pelo MPA.
DISME/MG	123810100	11.122,36	Reversão de depreciação por lançamentos em duplicidade e demais erros, assim como complemento de depreciação de exercícios anteriores conforme relatório do Sistema de Controle Patrimonial.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

SFA/MS	123810100	543.916,26	Acerto de baixa de depreciação dos bens doados a Agência Estadual de Sanidade Animal e vegetal – IAGRO conforme documento 2015PA000006.
SFA/RJ	123110506	23.613,76	Ajustes da depreciação de Bens Não Localizados após sua localização.
SFA/PR	213110400	3.440,40	Indenização de Bovino importado de países considerados de risco.
SFA/SC	213120400	9.212,89	Registro do valor inscrito a menor em restos a pagar para atender as despesas com limpeza e conservação, deslocamentos, malotes do mês de dezembro/2016.
SFA/MT	123810100	19.442,75	Ajustes de Depreciação Acumulada de Bens Móveis.
DISME/MT	123810100	294,00	Acerto da conta de depreciação Acumulada.
SFA/GO	218910100 213110400 123810100	30.150,91	1) Indenização de bovinos positivos em diagnóstico de tuberculose; 2) Ressarcimento de despesa realizada em veículo oficial; 3) Ajuste de depreciação acumulada em virtude de mudança de critério contábil ocorrida no sistema ASI.
SFA/AC	123810100	267.117,94	Ajustes de Depreciação Acumulada de Bens Móveis.
DISME/PA	123110102	4.060,56	Acerto de lançamento conforme DH 2016PA000022.
SFA/AP	123810100	179.502,31	Diversos acertos de Depreciação Acumulada.
LANAGRO/SP	123110107	80.560,77	Incorporação de bens relativo ao exercício de 2016.
	123110125	49.313,60	
CEPLAC/PA	123810100	10.075,81	Diversos acertos de Depreciação Acumulada.
CEF/MAPA	113110400	8.962.902,56	Ajustes de Adiantº de Contratos de Repasse de Exerc. Anteriores.
EMBRAPA/DAF	211110103	(33.804.681,42)	Ajustes de provisão de férias de exercício anterior (Embrapa).

Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente.

Também não há Ativos intangíveis obtidos a título gratuito a serem avaliados.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Mapa não procedeu aos testes de ativos intangíveis referente a perdas por redução ao valor recuperável, pois há necessidade de rever vários lançamentos os quais era VPD ou de Vida Útil Indefinida, o que foi providenciado e regularizado em relação à UG 130005, quando então muitos lançamentos que eram característicos de serviços técnicos profissionais e não intangíveis foram baixados contra a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores por se tratar de prática indevida da UG, assim como regularizações de lançamentos registrados em Intangíveis de Vida Útil Definida quando eram Indefinida e vice-versa.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2017, o Mapa apresentou um saldo de R\$ xxx (xxxx x mil reais) relacionados a intangível, líquidos de amortização.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 3 – Intangível – Composição.

	R\$ mil		
Intangível – Composição	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Software com Vida Útil Definida		63.124	
Software com Vida Útil Indefinida		2.730	
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida		766	
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida		-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado		-	
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado		-	
Amortização Acumulada		(20.269)	
Redução ao Valor Recuperável de Intangível		-	
Total		46.351	

Fonte: SIAFI / TG, 2016 e 2017.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Definida principalmente a Unidade Gestora da CGEOF / CGRL, que representa cerca de 60,51% do total do grupo, assim como pela reclassificação da CONAB, de Marcas Direitos e Patentes para a conta de Software com Vida Útil Indefinida com a consequente baixa da amortização acumulada.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Advindos do extinto MPA o valor de R\$ 1.278.000,00 da empresa XYZ Tecnologia Ltda., por lançamentos de transposição de saldos, este software não foi localizado pela CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, o que resultou em transferência para a conta de 124119900 – Softwares Não Localizados, assim como o valor de R\$ 178.418,00 da empresa CIMCORP – Com.Internacional e Inform.

As adições e baixas efetuadas ao longo do 4º Trimestre/2017, foram:

UG	ADIÇÕES		BAIXAS	
	Descrição	Valor	Descrição	Valor
CGRL			Baixas diversas da empresa INDRA Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos SA devido a reclassificação por lançamento indevido em bens intangíveis quando deveria ser lançado como despesas, por se tratar de serviços técnicos profissionais, referente ao exercício de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.	14.792.402,10
			Baixa conforme solicitação do setor financeiro - RGN - Som Eletrônica e Informática Ltda.	46,00
			Baixa conforme solicitação do setor financeiro - Universo da Segurança Comércio e Serviços - EIRELI – ME.	500,00
LANAGRO/PE	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Licenças de Uso, Manut. e UpGrade de Programas-2017NP000103 a 106.	566.549,19		
LANAGRO/PA	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisição Software-Windows Server Standard – 2 Licenças; Windows Server Per User Client Access e SQL Server Standart	48.825,02		
LANAGRO/SP	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisição de suporte técnico para 40 Licenças por 12 meses (lançado indevidamente. Solicitado baixa).	18.228,00		
135002	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisições de Softwares Office STD 2013.	28.841,87		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisições de Softwares Office STD 2013.	21.010,00		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Ajustes de lançamento para incluir aquisições de software conf. 2013NP000160.	3.610,00		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Ajustes de lançamento para incluir aquisições de software conf. 2013NP000224.	3.165,00		
			SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Ajustes de lançamento ref. Nota Técnica 043/2017-Embrapa/CPAF – DH 2017PA000072	987,94
135005			SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Ajustes de lançamento ref. Nota Técnica 043/2017-Embrapa/CPAF – DH 2017PA000238	7.474,95
135006			SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Ajustes de lançamento ref. Nota Técnica 043/2017-Embrapa/CPAF – DH 2017PA000125	7.576,71
135007	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisição de Licença – Leucotron Equipamentos Ltda. DH 2017NP000295	1.548,00		
135015			SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA	876,90

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

			Baixa por ajustes conf. Nota Técnica nº 043/2017-Embrapa – DH 2017PA000478.	
135026	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisição licença Cal Device Windows Server 2012, documento: 2017NP000273.	17.878,00		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Incorporação do bem patrimonial por doação da FAPED – documento: 2017PA000029.	20.499,00		
135046	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aq. Software - Polísys	1.281,63		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Desenvol., Manut.e Modelagem – diversos documentos	1.129.525,09		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE 1004 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS, documento: 2017NP000824.	7.496,35		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE1001 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – documento: 2017NP000826.	17.698,70		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE 1007 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – 2017NP000885.	690,99		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE1007 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – documento: 2017NP000885.	30.227,28		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº Nfe 1009 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – documento: 2017NP000931.	28.034,49		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº Nfe 1013 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – documento: 2017NP000932.	29.115,44		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE 942 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS - 2017NP000613.	8.310,77		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE 956 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – documento: 2017NP000635.	10.787,34		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Pagtº NFE 957 ref. serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS – documento: 2017NP000636.	2.180,42		
SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA	59.600,63			

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

	Apropriação ref. Serviço de desenvolvimento para o portal corporativo e para a Intranet Corporativa da Embrapa, na plataforma de portal Liferay Portal Inter Prise Edition – documento: 2017NP000641.			
135046	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Apropriação ref. Serviço de desenvolvimento, manutenção, modelagem de sistemas do DTI – Plataforma Java, Android e IOS. DH 2017NP001260.	43.645,40		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Apropriação ref. Serviço de desenvolvimento, manutenção, modelagem de sistemas do DTI – Plataforma Java, Android e IOS. DH 2017NP001322.	16.560,67		
	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Apropriação ref. Serviço de desenvolvimento, manutenção, modelagem de sistemas do DTI – Plataforma Java, Android e IOS. DH 2017NP001322.	7.038,94		
135050	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Aquisição de Licenças de Uso de Software Tableau Desktop Professional. DH 2017NP000265.	32.290,00		
135024	SOFTWARE COM VIDA UTIL DEFINIDA Reclassificação de subitem de despesa de ativo imobilizado, ref. Importação de equipamento com software – documento: 2017PA000060.	110.424,07		
135100	SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA Reclassificação de vários documentos hábeis ref. A implantação de Telefonia IP.	389.400,00		
			CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE COMUNICAÇÃO Baixa por reclassificação para a conta de Software com Vida Útil Indefinida	389.400,00
	SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA Aquisição de softwares McAfee Virusscan Enterprise com eplicy orch estrador – 700 licenças e atualizações. DH 2017NP004339.	361.080,00		

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Mapa não avaliou os ativos do intangível se há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor e isso não ocorreu em primeiro lugar por falta de pessoal qualificado.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Também não foi providenciado nenhuma mensuração de Ativos Intangíveis em nenhum no Mapa.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

O valor de R\$ 56.626,87 lançado no 1º trimestre pela **UG 135002** na conta Software, após a conciliação dos saldos ASI e SIAFI.

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

O valor de R\$ 35.009,98 lançado no 2º trimestre pela UG 135002 na conta Software, após a conciliação dos saldos ASI e SIAFI.

MINUTA

Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Participações Permanentes

Tabela nº 1 – Investimentos – Composição

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ mil AH (%)
Participações Permanentes	43.977	43.322	1,51%
Propriedades para Investimento		5.476	-
Demais Investimentos Permanentes	1.696	1.665	1,86%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	(246)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(7.812)	(7.812)	-
Total	37.861	42.405	-10,72%

Fonte: SIAFI 2016 e 2017.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). As participações permanentes representam os investimentos realizados em Empresas Públicas e em Fundos e quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

Observa-se que houve uma diminuição na Participação em Empresas. Essa variação foi influenciada principalmente por resultado da Equivalência Patrimonial da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte.

Tabela nº 2 – Participações Permanentes – Composição por investimento

Embrapa

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento (R\$ milhares)	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2016	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2016
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (1)	Agricultura	631.059,00	7,74	(501.911.027)	(13.829.180)
- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	Agricultura	775.198,35	45,00	3.178.845,00	1.456.182,00
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-30.261.558,00	-32.031.834
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	Agricultura	150.661,00	0,43		
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	57.905.735,96	315.463,52
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-1.805.278,00	526.557,00
- Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)		916.403,59	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação.

Tabela 3 – Mutações dos Investimentos – Participações Permanentes

EMBRAPA

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Entidade	Saldo em 31/12/2016	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2017.
EMEPA/PB	775.198,35	0	655.281,90	0	0	1.430.480,25
EMPARN	726.984,37	0	0	0	0	726.984,37
Total	1.502.182,72	0	655.281,90	0	0	2.157.464,62

Fonte: Siaf e Demonstrações das Empresas.

*Valores não consolidados

Demais Investimentos

Os demais investimentos da EMBRAPA representam 5,26% no valor de 467.378,44, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela nº 4 - Composição das ações investimento

Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	26,48	529,60	BB	135046
OI S/A	4.545	ON	4,18	18.998,10	BB	135046
OI S/A	3.289	PN	3,35	11.018,15	BB	135046
CONTAX	1.000	EO	4,26	4.260,00	Itaú	135046
CONTAX	1.000	EP	1,36	1.360,00	Itaú	135046
EMBRATEL	271.569	EO	10,21	2.772,71	Itaú	135046
EMBRATEL	1.429.772	EO	10,21	14.597,97	Itaú	135046
EMBRATEL	1.121.542	EP	10	11.215,42	Itaú	135046
TELEFONICA BRASIL	125	PE	45,41	5.676,25	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	12	ON	36,6	439,20	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	10,07	523,64	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	10,07	3.141,84	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	39,53	116.297,26	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	45,41	161.069,27	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	10,07	47.480,05	Bradesco	135046
TELEBRAS	142	ON	37,21	5.283,82	Bradesco	135046
TELEBRAS	112	PN	27,86	3.120,32	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	554	ON	36,60	20.276,40	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	10,07	5.266,61	Bradesco	135046
TELEBRAS	27	ON	37,21	1.004,67	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	208	PN	45,41	9.445,28	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	10,07	6.706,62	Bradesco	135046
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	10,07	1.047,28	Bradesco	135046
CPFL	12	ON	26,48	317,76	Bradesco	135046
TELEFONICA BRASIL	187	PN	45,41	8.491,67	Bradesco	135032
TELEFONICA BRASIL	137	PN	45,41	6.221,17	Bradesco	135033
TELEFONICA BRASIL	18	PN	45,41	817,38	Bradesco	135035
Total				467.378,44		

Fonte: Embrapa

CONAB

Entidade	Saldo em 31/dez/2016	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 31/12/2017
----------	----------------------	--------------------	--	------------	-------------------	---------------------

Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	69.074,55	-	-	-	69.074,55
FND	840,02	-	-	-	840,02
Sanyo da Amazônia	137.559,31	-	-	-	137.559,31
Frigorífico Vale do Tocantins S.A.	334.135,09	-	-	-	334.135,09
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	232.646,57	-	-	-	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	81.444,72	-	-	-	81.444,72
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	1.720,50	-	-	-	1.720,50
Cicanorte Indústria de Conservas Alimentícias S/A	35.304,54	-	-	-	35.304,54
CCN	8.411,24	-	-	-	8.411,24
Casemg	4.906,60	-	-	-	4.906,60
Brasagro	13.791.215,87	-	-	-	13.791.215,87
Companhia Materiais Sulfurosos Matsulfur	12.584,40	-	-	-	12.584,40
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	840,02	-	-	-	840,02
Logasa	39.947,25	-	-	-	39.947,25
Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial	63,44	-	-	-	0,00
Morada do Sol Participações S/A	34.694,02	-	-	-	34.694,02
Ceagesp	962.333,73	-	-	-	962.333,73
Companhia Paranaense de Energia	840,03	-	-	-	840,03
Cia. de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná	2.918.437,66	-	-	-	2.918.437,66
Comfio Companhia Catarinense de Fiação	4.555,46	-	-	-	4.555,46
Refinadora Catarinense S.A.	16.513,39	-	-	-	16.513,39
Companhia Estadual de Silos e Armazéns	8.214.743,55	-	-	-	8.214.743,55
Total	26.902.811,96	-	-	-	26.902.748,52

Fonte: CONAB

Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento referente a bens móveis e imóveis tiveram seu saldo baixado neste trimestre decorrente de reclassificação para o Imobilizado pois os bens não estavam gerando renda.

	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
CONAB	-	5.475	-
Total	-	5.475	-

Demais Investimentos

Os demais investimentos representam R\$ 1.696 e não foi informado pela Embrapa e Conab se foram mensuradas e avaliadas e por qual método.

Quando mensuráveis, são registradas às reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

O registro da Redução ao Valor Recuperável dos Investimentos refere-se pelo Custo conforme registro contábil, foi em função da constituição de provisões por processos falimentares de algumas empresas, tais como: CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás.